

## LUTAR CONTRA A POBREZA DE HOJE, SEM ESQUECER A DE ONTEM, PREVENINDO A DE AMANHÃ.

### APELO DA EAPN PORTUGAL / REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA ELEIÇÕES LEGISLATIVAS 2011

#### O contexto

A Europa enfrenta a pior crise financeira, económica, social e política desde a década de 30 do século XX. Como consequência, mas não exclusivamente, Portugal defronta hoje uma situação de crise económica e social à qual é fundamental responder com responsabilidade mas igualmente com justiça e equidade, no respeito absoluto pela dignidade de cada ser humano.

O modelo económico e financeiro, suportado pelo enviesamento da Estratégia Europeia de Lisboa agudizou a situação de pobreza e exclusão social de milhares de cidadãos europeus, dando prioridade e exclusividade aos vectores “crescimento e emprego”. Em grande medida, a União Europeia deu prioridade à liberalização e ao crescimento de mercados não regulados em vez de investir em estratégias que promovessem a equidade, a justiça social, a redução da pobreza e das desigualdades na União Europeia e no mundo. A nova Estratégia Europeia 2020, em vez de aprender com os erros anteriores e com as suas terríveis consequências volta a reproduzi-los num contexto de clara recessão económica, apostando novamente no eixo do crescimento e competitividade (crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo). A par de uma insistência no mesmo tipo de estratégia regista-se uma fraquíssima ambição da União Europeia ao se comprometer, para um período de 10 anos (2010-2020), com uma meta de reduzir o actual número de 84 milhões de pobres (dados de 2008) em 20 milhões.

As causas para a actual situação são várias e estão bem identificadas. De forma global, o contexto internacional desfavorável decorrente da crise de 2008, eminentemente de carácter financeiro, expressando as consequências de opções erradas e de uma ausência de regulação e coordenação de políticas económicas e financeiras e que favoreceram, durante um longo período, a especulação. Em Portugal e, de certa forma como consequência do contexto internacional, poderemos falar de uma desregulação dos mercados, de especulação imobiliária, de parcerias publico-privadas que lesaram o interesse público, bem como nas desigualdades na distribuição dos rendimentos (fosso entre ricos e pobres – um dos mais elevados da União Europeia). Também os grandes investimentos públicos – quer os objectivamente necessários, quer os muito objectivamente totalmente supérfluos –, constituíram um problema gravíssimo para as contas nacionais, sobretudo tendo em consideração as enormes e nem sempre bem justificadas derrapagens orçamentais e pela dificuldade em responsabilizar legalmente os responsáveis por esses erros e derrapagens. Como é sabido, Portugal enfrenta também problemas económicos sérios como consequência do comportamento altamente condenável de alguma Banca privada e que acarretou fortes prejuízos para as contas públicas criando um clima de desconfiança nos mercados internacionais. O consumo privado foi também fortemente abalado com a actual crise: durante demasiado tempo as famílias portuguesas foram induzidas a aderir a créditos ao consumo e aquisição de bens imóveis que provocaram um preocupante e extenso endividamento das famílias. Esta situação tornou-se ainda mais complicada com o recente e crescente aumento da taxa de desemprego que atingiu, e continua a atingir, muitos agregados familiares, fenómeno ainda mais preocupante quando este afecta sobretudo agregados que subsistiam com salários baixos e tendo como suporte empregos precários.

Outro dos factores responsáveis pela crise em Portugal prende-se também com a falência de muitas empresas (particularmente pequenas e muito pequenas empresas) muitas vezes como consequência da deslocalização de

outras empresas, nomeadamente estrangeiras, para países onde os custos de produção (particularmente a mão-de-obra) são mais baixos. Portugal não tem sido capaz de captar e de fixar o investimento privado e quando o consegue, fruto de incentivos públicos, este não se fixa definitivamente, ou seja, não há um compromisso entre o sector empresarial e o Estado na manutenção dos postos de trabalho e na criação e distribuição de riqueza em Portugal. De facto, e relacionado com o que foi dito acima, Portugal tem usufruído de Fundos Estruturais desde a década de 80 e o sentimento, mas também as avaliações que foram feitas, apontam para uma clara ineficácia na aplicação destes investimentos, sobretudo no que diz respeito à promoção do bem-estar e à redução das desigualdades. Ao longo destes anos verificou-se um forte investimento em grandes obras públicas, mas não foi alcançado o desenvolvimento do país em áreas prioritárias como a educação/formação, combate à pobreza e redução das desigualdades, competitividade/mercado de trabalho.

### Em síntese, este é o retrato da pobreza em Portugal:

#### De forma geral algumas das causas são:

- Temos um padrão de especialização económico demasiado dependente e vulnerável;
- O Estado-Providência (modelo social que em Portugal nunca foi adoptado na totalidade) encontra-se em ruptura num momento de recuo do Modelo Social Europeu;
- Existem demasiadas debilidades na estrutura produtiva e um funcionamento insuficiente e precário do Estado no domínio das políticas sociais;
- A economia informal, embora sustente em muitos casos as situações mais precárias das famílias, não nos permite, por outro lado, um efectivo desenvolvimento da economia e um Estado Social forte;
- Existe uma quebra das redes de solidariedade inter-pessoais que decorrem das mudanças dos estilos de vida e de um individualismo moderno que não se compadece com este tipo de respostas imediatas, nomeadamente protagonizadas por relações de vizinhança, familiares e de amizade;
- Existem desequilíbrios regionais demasiado profundos, decorrentes de uma Imigração descontrolada e de um crescimento urbano e litoralizado, produtor de índices elevadíssimos de exclusão social.

#### Em termos de factores específicos:

- A forte prevalência de uma economia informal que aumenta os riscos de pobreza (trabalho temporário e irregular e sub-ocupação laboral não são consideradas situações de desemprego);
- A ausência de protecção social para pessoas que não participam na actividade económica formal;
- Um mercado de trabalho caracterizado por uma forte insegurança e precariedade (contratos a prazo, recibos verdes...);
- Uma débil protecção social na velhice que aumenta muito o risco de pobreza desta faixa etária;
- Uma altíssima desigualdade na distribuição dos rendimentos;
- A persistência de uma pobreza tradicional muito ligada ao mundo rural agora em desertificação e decadência (sector primário em contracção e sector terciário em crescimento mas em crise);
- Famílias de baixos recursos com rendimentos insuficientes e qualificações escolares e profissionais baixas;
- Crescente aumento e visibilidade dos fenómenos de exclusão social (concentração urbana e suburbana) e de novos grupos de risco (famílias monoparentais, toxicodependentes, minorias étnicas, imigrantes, “novos pobres” – a chamada “pobreza envergonhada”);
- Insuficiências do modelo de protecção social praticado no país (resultantes da dimensão redistributiva muito frágil);

Os domínios mais visíveis da pobreza em Portugal situam-se sobretudo nos sectores da: habitação, saúde, educação e emprego. Existem igualmente preocupantes déficits de acesso à Justiça e Cultura.

As categorias sociais mais afectadas pela chamada “pobreza tradicional” são essencialmente: idosos pensionistas, agricultores de baixos rendimentos, assalariados de baixos níveis de remuneração, trabalhadores precários e da economia informal e que se encontram completamente desprotegidos socialmente.

As categorias mais afectadas pelas “novas formas de pobreza (novos grupos socialmente desfavorecidos)”:

- Desempregados e desempregados de longa duração;
- Jovens de baixas (e mais recentemente de altas) qualificações à procura do 1º emprego;
- Toxicodependentes e ex-toxicodependentes;
- Detidos e ex-reclusos;
- Grupos étnicos e culturais minoritários;
- Membros de círculos de pobreza instalada (nomeadamente as crianças);
- Sem-abrigo;
- Pessoas com deficiência;
- Trabalhadores precários;
- Famílias monoparentais;
- Imigrantes.
- E, mais recentemente mas de forma muito expressiva, a agora designada “**pobreza envergonhada**” e que, por outras palavras, significa uma parte significativa da “classe média”.

### Alguns números e factos ...

\* O **agravamento das situações de desemprego e aumento do desemprego de longa duração**: o desemprego em Portugal estabilizou em Março de 2011, em 11,1 por cento, tal como aconteceu na zona euro e na UE, em respectivamente 9,9 e 9,5 por cento, segundo o Eurostat. Este valor coloca o desemprego no primeiro trimestre em 11,1 por cento, segundo os dados do Eurostat, que registou 11,1 por cento em Fevereiro e 11,2 por cento em Janeiro. O valor relativo ao primeiro trimestre deste ano deverá ainda ser divulgado pelo INE em meados de Maio.

\* Embora os últimos dados apontem uma redução da **taxa de pobreza** (17.9% em 2008), é de esperar que esta tenha aumentado. Os grupos mais afectados pelas situações de pobreza são: crianças (22.9%); Idosos (20.1%); Mulheres (18.4%); pessoas empregadas (10.3%); agregados compostos por dois adultos com três ou mais crianças dependentes (42,8%, e 24,9 p.p. acima da média total) e em agregados constituídos por um adulto com pelo menos uma criança dependente (38,8% e 20,9 p.p. acima da média para o total da população). Grupos específicos como: as comunidades Ciganas; de extrema exclusão, entre outros. Em 2009, a proporção da população residente em situação de privação material<sup>1</sup> era de 21,4%, segundo os últimos dados disponíveis do INE.

---

<sup>1</sup> O indicador geral de privação material baseia-se num conjunto de nove itens representativos das necessidades económicas e de bens duráveis das famílias, considerando-se em privação material todos os indivíduos em que não existe acesso a pelo menos três daqueles itens. 1. Capacidade para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza; 2. Capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; 3. Capacidade para pagar sem atraso as rendas, as prestações de crédito e as despesas correntes da residência principal, e outras despesas não relacionadas com a residência principal; 4. Capacidade para fazer uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias; 5. Capacidade para manter a casa adequadamente aquecida; 6. Disponibilidade de máquina de lavar roupa; 7. Disponibilidade de televisão a cores; 8. Disponibilidade de telefone fixo, ou pelo menos um membro com telemóvel; 9. Disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto).

\* A **desigualdade na distribuição do rendimento** é das mais altas da Europa sendo de 6.0 em 2008 o rácio S80/S20.<sup>2</sup>

\* Previsão do aumento da **precariedade no mercado de trabalho** (flexibilidade laboral, despedimentos mais facilitados, menor protecção dos trabalhadores em situação de desemprego).

\* **12% da população empregada encontra-se em risco de pobreza.** Ou seja, cerca de 500 milhares de trabalhadores pobres portugueses encontram-se confrontados com grande dificuldade em proporcionar uma vida condigna ao seu agregado familiar, sobretudo aos seus filhos.

De todo este diagnóstico, se alguma lição se deveria retirar, é que o desenvolvimento económico não se pode processar à margem da responsabilidade social e do respeito por normativos éticos. Os próximos tempos exigem um forte compromisso de todos os sectores de actividade e uma redefinição dos interesses nacionais. O primeiro capital a preservar e valorizar terá que ser a pessoa humana na sua integridade.

### As nossas propostas...

O modelo económico que vigorou até aqui revelou uma completa ineficácia na construção de uma economia sólida que gere riqueza e que favoreça a inclusão e a coesão social. O modelo a seguir terá fatalmente que ser outro, onde a principal diferença seja que o mesmo assente no bem-estar colectivo e na criação de condições para uma progressiva redução das desigualdades.

Face às dificuldades e desafios que temos pela frente, a **EAPN Portugal apela a todos os partidos políticos e ao futuro governo** – sublinhando a nossa total disponibilidade para colaborar seja qual for o futuro cenário político - que a bem de um boa governação assente numa democracia mais participada e responsabilizante:

1. **Incluam na agenda política de governação do país o objectivo da erradicação da pobreza;** se comprometam com a definição de estratégias e metas para a eliminação da pobreza e encontrem os adequados suportes institucionais para fazer valer os direitos humanos e sancionar o seu respectivo incumprimento;
2. Os responsáveis políticos se empenhem em garantir uma **redistribuição mais equitativa dos recursos e da riqueza**, que deverá ser tomada em consideração, tanto na concepção das políticas económicas como das sociais, pois, a renúncia a mecanismos de redistribuição do rendimento impede a afirmação de um desenvolvimento sustentável e a manutenção e reprodução da pobreza;
3. Que sejam adoptadas **reformas estruturais**, uma vez que são muito limitados os resultados das medidas pontuais, por muito necessárias e urgentes que se apresentem; nomeadamente, que seja definido um rendimento adequado às necessidades fundamentais das famílias, que não seja calculado apenas com base na satisfação das necessidades básicas de sobrevivência mas, também, de proporcionar o acesso à educação, saúde, habitação, justiça e cultura. Um rendimento que permita aos agregados familiares viver de forma digna e garantir uma vida minimamente justa e inclusiva.
4. Uma intervenção no sentido da **transformação e qualificação dos modelos de funcionamento das instituições, de forma a terem respostas sociais mais eficazes e eficientes.** Um novo espírito empresarial com um significado mais polivalente, ou seja, em que a gestão da empresa não possa ter em conta unicamente os interesses dos detentores do capital, mas preocupar-se também com todos

<sup>2</sup> Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% com menores rendimentos.

aqueles que contribuem para a vida da empresa: os trabalhadores, os clientes, os fornecedores e a comunidade onde está implementada e onde opera.

5. **Uma clara inversão dos valores que estão subjacentes ao domínio político.** É preciso devolver o poder aos cidadãos. São necessárias formas de democracia mais participativas, a todos os níveis e em todas as políticas. As estruturas de participação devem assegurar que as vozes das pessoas em situação de pobreza e /ou exclusão social sejam ouvidas e incluídas. Precisamos de uma sociedade civil mais informada, mais pró-activa, capaz de agarrar os grandes desafios que se colocam e manifestar-se nas instâncias devidas de forma firme e esclarecida. Esta aposta nesta mudança deve começar nas novas gerações e deve enformar a educação e formação cívica.

### Os nossos compromissos...

- Promover um maior **envolvimento e sensibilização da sociedade civil na viabilização de empreendimentos de economia social e solidária** e na criação de serviços de proximidade adequados às reais necessidades das pessoas. O caminho da economia social e solidária deve ser encarado como um caminho para o futuro; na ausência de emprego é importante criar alternativas viáveis que motivem por um lado os cidadãos e que os envolvam na construção de riqueza.
- Uma intervenção ao nível da tomada de consciência de cada cidadão sobre o seu papel na (re) produção e erradicação da pobreza e da exclusão social, através do *empowerment* das próprias pessoas em situação de pobreza e do *lobby* junto do sector empresarial e dos órgãos de comunicação social.
- Em contribuir para a elaboração de uma proposta política de construção de uma **Estratégia Nacional de combate à pobreza e à exclusão social** (Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza). É tempo de mobilizar todas as políticas – sociais, económicas, emprego, educação, habitação – para o objectivo do combate à pobreza

\* \* \* \* \*

Mai 2011